

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátilo

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 459/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.812/72, de 05 de outubro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Jahir Dalagassa, ocupante do cargo de nível "PL-16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 28 de janeiro de 1.971, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual "Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 24 de novembro de 1.972

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 460/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.849/72, de 12 de outubro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a funcionária Eloy Silva Batista, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de outubro de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 27 de novembro de 1.972

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 188.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 27 de Novembro de 1972

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Ovidio Franzoni e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domício Scaramella — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Hélio Manfrinato — João Fadel — João Mansur — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Paulo Camargo — Alvaro Dias e Paulo Poli (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se a

ORDEM DO DIA:

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 129/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 56/70, de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, autoriza o Poder Executivo firmar através do D.E.R., convênio com o Município de Ortigueira, para execução dos serviços de obras complementares e asfaltamento da via que liga a sede daquele município à BR-376 (Rodovia do Café), numa extensão de 1.400 mts. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 28, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 130/72.

Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 189.ª Sessão Ordinária
Realizada em 27 de Novembro de 1972
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Basílio Zanusso.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Aginaldo Pereira Lima, Rosário Pitelli, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domício Scaramella, Arthur de Souza, Emílio Carazzai, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Paulo Camargo, Alvaro Dias e Paulo Poli (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Curitiba, 22 de novembro de 1972.

Senhor Presidente:

Levamos ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins e efeitos, que em virtude do desvio de finalidade e relacionado com o problema de Liderança, comprovado com a publicidade de assunto de exclusiva competência da bancada da ARENA, usamos deste meio para considerarmos como não existentes nossas assinaturas apostas ao documento lido em sessão desta Casa e realizada em data de ontem.

aa) Emílio Carazzai, Jorge Sato, Gabriel Manoel, Paulo Poli, Marciano Baraniuk, Aginaldo Pereira Lima e Wilson Fortes

"A requerimento do Senhor Deputado Gabriel Manoel, fica retirado seu nome do presente".

EMENDA

Projeto de Lei n.º 145-72

I — acrescente-se:

"Art. — O tempo de contribuição ao Instituto Nacional de Previdência Social, será contado como tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, do funcionário ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira".

Sala das Sessões,

a) Nelson Buffara

JUSTIFICAÇÃO:

Há, no quadro de funcionários do Paraná, ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira que, depois de anos e anos de atividade na empresa particular e, conseqüentemente, de contribuição para a previdência social federal, ingressam no serviço público, momento em que perdem todo o tempo de serviço, em termos de benefício dele decorrente.

Na hipótese de um cidadão, ex-pracinha, que contribua, digamos, durante 10 anos para o INPS e se transfira para a função pública: neste, além do tempo de F.E.B., terá de cumprir o restante até completar os 25 anos de serviço para a aposentadoria. O período de trabalho e contribuição previdenciária, nesse caso, não é aproveitado justamente por que a lei dedica um tratamento especial, representativo da gratidão pelos riscos que correu em defesa da Pátria.

A emenda tem a finalidade de corrigir essa disparidade existente entre a intenção da legislação e o interesse do funcionário ex-combatente.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei ns. 72-70 — 91-70 — 254-70 — 316-70 — 18-71 — 74-71 — 106-71 — 128-71 — 142-71 — 150-71 — 163-71 — 178-71 — 205-71 — 248-71 — 260-71 — 279-71 — 282-71 — 23-72 — 33-72 — 58-72 — 61-72 — 81-72 — 97-72 — 109-72 — 113-72 — 119-72 — 290-70 — 24-72 — 32-72 — 126-72 e Projetos de Resolução ns. 28-72 e 29-72.

— De autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução ns. 35 e 36-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Luiz Dalcalle, ocorrido em data de 24 do corrente.

O extinto pertencia a tradicional família paranaense e era figura das mais destacadas e estimadas da sociedade, pioneiro e fundador de diversas cidades do oeste do Paraná, verdadeiro desbravador do interior do Estado, onde com o seu idealismo e espírito patriótico colonizou e levou o progresso a diversas regiões do Paraná.

Requer, outrossim, que se dê ciência à família enlutada da decisão do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1972.

a) Odilon Reinhardt

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado requerimento ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando reparos urgentes na estrada que liga Cambará-Matinhos (estrada das Colônias).

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1972.

a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

Hoje é um dia de tristeza e de glória. De tristeza porque na madrugada de 27 de novembro de 1.935, agindo às escuras porque é assim que age a traição, os comunistas assassinaram vários de nossos irmãos, tingindo de vermelho a farda verde do Exército Brasileiro. De glória porque a memória daqueles bravos compatriotas nos dá coragem cívica e fortaleza para continuar a luta, em todos os quadrantes, contra os traidores da Pátria.

O comunismo continua como sempre foi, "intrinsecamente mau", como afirmava saudoso Pontífice. Os métodos mudaram, mas não mudou a doutrina, não mudaram os objetivos.

Neste dia rendemos nossa homenagem, aos bravos soldados que perderam a vida em 1.935, honrando a dignidade nacional e a tantos quantos, por aí afora, têm enfrentado, em vários campos de ação, o comunismo dissolvente e ateu.

Pedimos que esta homenagem conste da Ata dos trabalhos desta Casa, no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1972.

a) Antônio Lopes Júnior

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 207-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que, partindo de Realiza, passa pelo Município de Capitão Leônidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel, numa extensão de 90 km. aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1972.

a) Arizone Araújo

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de rodovia de vital importância para o progresso e desenvolvimento da região, justifica-se, por isso, a medida que se pretende com esse Projeto.

Projeto de Lei n. 208-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Executivo autorizado a proceder, através do D.E.R., a serviços de retificação e revestimento básico do trecho da estrada que liga Xangrilá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá, pelo traçado mais direto, numa extensão aproximada de 5 km.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1972.

a) Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

Os proprietários e veranistas em Pontal do Sul, sentindo as dificuldades por que passa o 1.º Distrito Rodoviário, encarregado da conservação das vias de acesso àquele balneário, encaminharam petição ao Interventor Municipal, solicitando a cooperação daquela Prefeitura no que diz respeito às obras de revestimento básico do trajeto compreendido entre Xangrilá e Pontal do Sul, dada a precariedade das condições de tráfego que apresenta, mormente nos períodos chuvosos do ano.

A autoridade municipal, prontamente, colocou à disposição do 1.º Distrito Rodoviário tombadeiras da Prefeitura Municipal de Paranaguá, conforme se vê do documento anexo, onde é reconhecida ser justa e oportuna a solicitação.

Face ao exposto, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a realizar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, o melhoramento pleiteado, utilizando-se como trajeto básico para o revestimento aquele mais litorâneo, cujo leito, já aberto, liga os dois balneários em linha reta, encurtando a distância atual em cerca de três quilômetros e que não possui obras de arte a serem executadas ou conservadas no futuro.

Por ser medida justa e de interesse da coletividade, melhorando as condições de acesso a algumas das mais belas praias de nosso litoral, contamos com o indispensável apoio dos nossos nobres Pares, com assento nesta Augusta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente. Quero retirar o meu nome de ofício lido no Expediente, para dialogar com os Srs. Deputados, porque há muita celeuma e troca de idéias e nós, humildes, estamos pleiteando para que esta Casa viva em ambiente de harmonia e independência, porque isto é uma barbaridade. Eu queria dizer o seguinte: não tenho nada contra ninguém, mas pediria ao Líder da nossa Bancada que, pelo amor de Deus, faça uma reunião deste povo humilde e bom, que haja diálogo para que as forças divididas na Assembléia se unam com um único fito, o bem estar desta Casa e sua sobrevivência. Isto não é mais um Poder chamado "O Segundo Poder". Estamos vivendo momentos de apreensão onde diversos grupos divergem e nós, humildes defendemos uma parcela do Norte Pioneiro.

Estamos neste momento dialogando com os Srs. Deputados, apondo nossas assinaturas muitas vezes por amizade, muitas vezes por questão de fidelidade, de reconhecimento, apomos a nossa assinatura. Agora, quero pedir desculpas aos signatários deste requerimento, por gentileza. Se formos julgados pela opinião pública, que nossos filhos não tenham vergonha de ter pais como Deputados, porque, de hoje em diante não porei minha assinatura em qualquer documento, mas confiando em nossos amigos, que não sejam assinaturas desta, que não seja como este caso, por falta de liderança, que não venha revoltar a Arena, que seja um alerta para os Srs. como um destes que nunca ocupou a Tribuna. Isto é uma barbaridade. É uma vergonha. Temos que fazer uma reunião de Bancada neste momento e convoco os Srs. responsáveis pela Arena que parem com isto, pelo amor de Deus. Nós não aguentamos mais, Deputado Erondy Silvério, Candinho, você meu guri, vamos nos unir.

Não queremos nada mais nada menos do que o bem estar do Paraná e de sua gente. Porque os votos que fizemos aqui, como o quinto Deputado mais votado, foi à custa de suor e de sangue, à causa destes homens que trabalham para o Paraná. Não viemos aqui para ser subjugados a conchavos políticos, porque o homem chegou ao ápice, como diz o grande filósofo, Ruy Barbosa, da vergonha de ser humilde e honesto. Porque chega, Sr. Presidente, chega, Sr. Secretário, chega, Srs. Deputados: ou fazemos uma reunião de cúpula da Arena, ou então estamos fadados à derrota. Porque isto é uma vergonha. Fizemos uma reunião com o Sr. Governador do Estado. Um Requerimento destes é uma vergonha, porque querem nos dividir. Desculpe-me deputado Jorge Sato, eu sou seu amigo, mas divisão que não haja. Que forças ocultas não se metam na nossa Casa; Quando queremos votos, vamos a casa do humilde servidor, do humilde lavrador, pedir o seu voto, brigamos com nossos colegas mas que isso não haja. Amanhã, num pleito reunidos na Presidência da Assembléia Legislativa, composição da Mesa, que haja independência neste Poder. Porque não somos uma pléiade de homens sem alma, ou defendemos o nosso ponto de vista junto com o Sr. Governador do Estado, junto com o Sr. Presidente da Assembléia, ou estaremos fadados à derrota.

Sem menosprezar aos partidários do MDB, fomos derrotados por causa dessa negligência dos Srs. Deputados, da nossa negligência. Por causa disto. Onde Chegamos, todo o mundo é dono do Governo. Somos uma facção de homens. Ou damos nosso grito de alerta e aqui fica o meu alerta aos homens da Arena, do Governo. Se não me quiserem, me expulsem do partido. Porque nunca mais, jamais me subjugarei. Tenho 13 comandos políticos; podem me cortar; estou incondicionalmente com o Sr. Governador do Estado. Estamos seguindo a orientação de S. Exa. o Sr. Governador.

Ou reina a paz e a tranquilidade ou estaremos fadados à derrota. Porque isto é uma vergonha, uma calamidade pública. O MDB com nove Deputados fez o maior contingente eleitoral, por causa dessa divisão, dessa paixão política vergonhosa. Um Deputado Estadual como eu ameaçado de ser cassado, porque fica quieto numa cidade. É isto Srs. Deputados. É isto, Sr. Presidente, que eu quero dizer. Retiro meu nome, dou meu apoio incondicional ao Sr. Governador do Estado mas não quero que continue esta vergonha.

Quero estar junto com o Presidente, com o Secretário, com a Comissão Executiva. Quero dar o meu apoio a esses homens que respondem por esta Casa. Que S. Exa., o Sr. Deputado Wilson Fortes, Presidente desta Casa, seja recebido de maneira altaneira, que todos sejamos recebidos em qualquer repartição pública. Faz seis anos que não ocupo esta Tribuna, mas, hoje, feço uso da palavra, mesmo sob pena de risco de perder meu mandato: Não devemos nos esconder nos conchavos políticos, porque aqueles homens de mãos calosas que para cá nos mandaram foi para que aqui defendêssemos os seus interesses. Aquele Povo de Cambará que para aqui nos mandou para que tivessem uma representação nesta Assembléia, e não para que houvessem conchavos políticos de meia dúzia de homens que se intitulam detentores do poder.

Quero deixar aqui um alerta. Quero dizer que estou, incondicionalmente, com a Comissão Executiva, com o Sr. Governador do Estado. Mas, chega de conchavos, de coações. Chega desta Casa e de seus Representantes serem vilipendiados. Nós somos o segundo Poder do Estado. Então, vamos consignar nosso voto de confiança ao Sr. Governador do Estado. E quero dizer que, se preciso for, cassem o meu mandato, mas jamais recuarei na minha atitude. Porque fui ameaçado, em meu próprio lar, de ter meu mandato cassado, porque havia ficado quieto em minha casa. Mas, graças a Deus, estamos aqui.

Trouxe para a ARENA 24 mil votos sofridos e vividos. Chega, sr. Presidente, chega! Dê um grito de alerta, una-se aos bons, aos homens que querem trabalhar pelo Paraná, una-se aos Srs. da Comissão Executiva e vão dar um alerta ao Sr. Governador do Estado e digam: "não queremos outra coisa senão o bem estar do povo". O nosso partido hoje está dividido em três facções. Vemos o Sr. Presidente, sofrendo junto conosco, vemos cada dia o nosso nome em uma lista. Isto é uma barbaridade!

Sr. Presidente, me perdoe, pelo amor de Deus. Sr. Presidente, Srs. Deputados, de hoje em diante estarei aqui à disposição dos Srs., à disposição de minha Bancada, mas não quero mais jogar rasteiro, chega de subterfúgios. Podem fazer o jogo, mas não usem o meu nome.

Estou com a Comissão Executiva, com o Sr. Governador do Estado e com o meu Partido, que é a ARENA. Muito obrigado, Sr. Presidente e, pelo amor de Deus, retire o meu nome, porque covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta. E, hoje, começamos uma luta, ao lado da Comissão Executiva da Casa, que foi eleita de acordo com determinação do comando revolucionário de 1964, ao lado de S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Então, seria a melhor maneira, Sr. Presidente, que eu me acomodasse, seria a melhor maneira, Sr. Secretário, Srs. Deputados, que eu me acovardasse, mas hoje, quero desabafar o que sinto de realque em minha alma, o que sinto após uma eleição onde perdemos em três municípios e ganhamos em 15, onde demos um saldo positivo de 35 mil votos para a ARENA.

Então, se isso é ameaça, se isso merece censura de meus Pares, de meu Partido, estou aqui, sem pedir clemência para ninguém, podem me cassar, mas não deturpem, não usem o meu nome, porque tenho família, tenho obrigações com o meu povo.

Vemos Deputados assinarem uma lista e depois retirarem sua assinatura por coação. Chega, basta!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estarei ao dispor de meus companheiros, de meus nobres pares, para que seja censurado, expulso do meu partido, mas irei para minha casa tranquilo. Já tive muitos anos de mandato tranquilo e jamais vou trair o meu ideal, que é a sobrevivência deste Poder que está vilipendiado, este Poder que não é mais poder.

Solicito ao meu companheiro Jorge Sato, que retire meu nome. Sou amigo de João Mansur, amigo incondicional. Peço que retire meu nome, que não sirva mais este nome humilde para fazer barganhas e nem conchavos políticos. Nas eleições da Casa seguiremos, incondicionalmente, as diretrizes dos nossos companheiros, mas que nosso nome não sirva mais para essas barganhas, que nossos companheiros da Revolução e de S. Exa. o Sr. Governador não usem o nome de homens quietos do interior, de homens que não querem outra coisa a não ser o bem estar de sua terra e de sua gente.

Retiro meu nome e estou, incondicionalmente, ao lado do meu Partido, ao lado dos companheiros da ARENA, de S. Exa. o Sr. Governador do Estado e ao lado da Revolução de 1964.

Muito obrigado! (Sem revisão do Orador)

O SR. JORGE SATO — (Pela ordem). Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero deixar bem claro neste instante e particularmente ao meu amigo Deputado Gabriel Manoel que não sou signatário, sou um daqueles que assinou solicitando a retirada de meu nome. Meu ponto de vista ficou firmado quando a Casa discutiu problema interno do nosso partido em plenário. Não concordei, em absoluto, porque a palavra foi quebrada naquele momento. Portanto quero deixar bem claro que não sou signatário, sou um daqueles que assinou solicitando a retirada do meu nome. Estou tranquilo porque acredito que assunto de tamanha seriedade deve ser encarado seriamente. Não nego que a tese de uma liderança de partido é válida e por ela continuarei me batendo. Com o que não concordei foi com a maneira como foi jogando o problema no Plenário motivo porque, de imediato, solicitei a retirada de minha assinatura. — (Sem revisão do orador)

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, Srs. Deputados. Deputado Jorge Sato, antes de mais nada, tenho a dizer que minha revolta não foi contra esse problema do requerimento, a minha revolta foi em virtude da falta de diálogo dos Srs. Deputados. Não é justo, não é viável que companheiros nossos ajam desta forma. Como diz o caboclo: "roupa suja se lava em casa". Tudo o que acontece jogamos no Plenário, tornando-se do conhecimento da Casa e da opinião pública. Quero deixar patente que não é contra V. Exa., estou incondicionalmente com V. Exa. que sabe

de minha tese, de meu ponto de vista em virtude de termos mantido diversas conversações.

O que pediria humildemente ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados e para que houvesse um pouco mais de bom senso entre todos nós e me incluo neste rol. O que é preciso é que haja mais diálogo a fim de evitar que nossos companheiros sejam triturados, porque não desejamos a trituração de nossos companheiros. Como V. Exa., também tenho estima pelos companheiros.

Não é possível triturar a nossa Bancada, estão triturando, estão dividindo, estão procurando dividi-la. Não quero nada da Mesa, nada peço da Mesa. Já tive aí o meu lugar, graças a Deus! Não quero. É ver nossa Bancada vilipendiada. Onde está a independência do nosso Poder, se quando chegamos a presença de um Chefe de Estado não somos recebidos? É isto verdade, ou mentira, Srs. Deputados? Se ninguém tem coragem de dizer, eu a tenho! Se alguém tem medo, eu não tenho! Estou aqui hoje, um Deputado jacu, do interior, sem título, mas com 24.000 votos dados pelo povo.

O que quero solicitar da Mesa é que use da prerrogativa que lhe é facultada, para convocar uma reunião de Bancada e que haja uma perfeita consonância, que haja um entrosamento perfeito na Bancada da ARENA, que é o que deseja o Sr. Presidente da República, é o que deseja Sua Excelência o Governador do Estado, é o que deseja a Revolução. Há uma meia dúzia de bajuladores que vão ao Governo e dizem que está tudo bem, quando aqui estamos fracionados. Se eu estiver mentindo, Sr. Presidente, que V. Exa. use da Tribuna e aí me chame de mentiroso. O que quer Sua Excelência o Sr. Presidente da República, o Sr. Governador do Estado e o Senador Accioly Filho, é a união do nosso Partido.

Que o Sr. Presidente convoque uma reunião de Bancada, uma reunião secreta, a fim de que possamos dialogar, a fim de que possamos, como diz o vulgo, "lavar a roupa suja dentro de nossa própria casa".

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado Gabriel Manoel, em nome da Comissão Executiva nós queremos agradecer as palavras elogiosas que V. Exa. proferiu em favor da Comissão Executiva, e parabenizarmos-nos com V. Exa. pela maneira ativa como V. Exa. se colocou nesta Casa.

Realmente, temos necessidade de maior altivez, para podermos continuar nossa missão de bem legislar em favor do povo.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, primeiro Orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados, toma conta do Brasil inteiro, um movimento para o comparecimento à 56a. Convenção de Lions Internacional, desta vez realizada em Miami.

No último sábado ainda, na cidade de Cornélio Procopio, foi realizada a Convenção Distrital do Distrito L 21. E lá dentro desta convenção, sob a Presidência do Governador do Distrito L 21, Aramis Costa, ficou patenteada a vontade de quase todos os participantes em número de quase 500, de participarem ativamente desta Convenção que elegerá, pela primeira vez na história do Brasil, um brasileiro para a Vice-Presidência do Lions Internacional. O próprio Governo Federal está interessado que o Brasil faça uma representação condigna, que tenha sua representação com a dignidade do seu povo e o patriotismo de que é imbuído. Assim, o Sr. Presidente da República, colocou um navio à disposição do Lions Clube do Brasil, para o transporte da Banda da Polícia dos Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro, para participarem desta Convenção, portanto, elevando o nome do nosso querido Brasil. E por esta razão queremos também participar da alegria dos brasileiros, é que submetemos à apreciação da Casa a seguinte proposição. (Lendo):

"Requerimento"

Senhor Presidente:

O Lions Club Internacional fará realizar em Miami, no próximo mês de junho de 1973 a sua 56a. Convenção Anual.

O fato está se revestindo de características especiais, não só pela grande importância do leonismo em todo o mundo, mas principalmente pela participação ativa de seus membros. Na hora em que a meta principal do mundo se dirige para a real valorização de ser humano, o leonismo se agiganta e se desponta para a realidade do futuro. Assim pela primeira vez na história do Lions Internacional, um brasileiro é candidato à vice-presidência do importante Club de Serviços. O fato é auspicioso não só para a família leonística, mas sim para todo brasileiro que ama e adora sua terra. O Leão João Fernandes Sobral, deverá ser eleito para a vice-presidência do Lions Internacional. Será o próprio Brasil que estará presente em Miami, desfilando garbosamente sob os acordes da Banda dos Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro. Mais de 3.000 Bandeiras brasileiras tremularão nos céus de Miami, nas mãos seguras dos nossos convencionais que entoarão a toda voz o Hino Nacional Brasileiro.

O Excelentíssimo Senhor General Emílio Garrastazu Médici, sensível ao desejo de milhares de leões de todo o Brasil, determinou que os funcionários públicos federais que participarem da referida convenção tenham suas faltas abonadas e sem prejuízos das vantagens de seus cargos de carreira.

Por todos os motivos expostos, e certos de que muitos funcionários públicos estaduais de nosso Estado desejaram participar do grande movimento de patriotismo brasileiro é que solicitamos a aprovação desta augusta Casa de Leis para que se oficie ao Excmo. Senhor Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, digníssimo Governador do Estado para que seja também concedida, dispensa sem prejuízo das vantagens a todo funcionário público estadual ou de autarquias, que queira participar da 56a. Convenção do Lions Internacional.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1972.

(a) — Rosário Pitelli.

Era esta, Sr. Presidente, a proposição que trazemos a esta Casa, eis que este movimento realmente está tomando contacto no Brasil. Ainda ontem a Televisão do Rio de Janeiro, no programa de Flávio Cavalcanti fez entrevista com o futuro Presidente do Lions Clube Internacional e prometeu que a eleição que marca uma época definitiva do engrandecimento do Brasil, será televisada pela Rede do Canal Globo do Rio de Janeiro. Vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a importância que se reveste este ato, razão pela qual pedimos aos Srs. que aprovem nossa proposição, para que os funcionários estaduais que assim desejarem, possam participar desta Convenção do Lions Internacional em Miami. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Nelson Buffara, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa intenção, ao assumarmos a Tribuna, era de demonstrar o misto de

surpresa e satisfação às palavras vibrantes, proferidas nesta Casa, pelo Deputado Gabriel Manoel. S. Exa. quando pedia a palavra pela ordem, num tom entusiasmante e com palavras que eram extraídas do fundo do seu coração, dizia que ele passaria para o MDB. E quero dizer agora, que o MDB teria o prazer de recebê-lo em suas fileiras se isto acontecesse; Deputado, tenho a certeza que um político do seu gabarito, que ocupou com raro brilhantismo as funções de Primeiro Secretário desta Casa, se viesse para as nossas fileiras, viria engrandecer nosso Partido e torná-lo mais forte.

Nosso Partido saiu-se vitorioso das eleições de 15 de Novembro, sagrando-se vencedor nos mais importantes municípios do Estado. E seria maior fortalecido ainda se V. Exa. passasse para o nosso lado.

E quanto ao fato de afirmar, nobre Deputado Gabriel Manoel, que V. Exa. teria sido alvo de uma ameaça de possível cassação, tenho certeza — não falo em nome da Revolução mas insisto em dizer, em meu nome pessoal a V. Exa. que no Brasil não existe mais clima de cassações. Fique V. Exa. tranquilo que isto não mais acontecerá.

Era isto que queria dizer a V. Exa. Deputado Gabriel Manoel.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Deputado Nelson Buffara, eu queria agradecer ao emérito e ilustre companheiro de Assembleia, queria também dizer a esta glorioso Partido, que nós pertencemos a um outro Partido que é a Arena; que se nós falamos assim, em termos de orientação, em termos de admiração, em termos de que, quando vemos 10 Deputados unidos, que nos deram um chá de eleições nas grandes cidades...

O SR. Nelson Buffara — Somos nove deputados; 10 é com V. Exa.

O SR. GABRIEL MANOEL — E este é o problema. Eu dizia isto, nobre Deputado, se eu for expulso de meu Partido, irei de braços abertos, implorando até, para que VV. Exas. me recebam no seu Partido. Porque a Arena é um Partido da Revolução; é um Partido de alto gabarito, a Arena é um Partido onde existem, como no MDB os homens que querem o bem estar do Brasil e de sua gente. A Arena é um Partido glorioso; a Arena como o MDB luta em favor do bem estar do povo humilde do Paraná. Irei depois de ver o meu Partido fracionado, como estão procurando fazê-lo, mas enquanto viver em minha alma, em meu coração um alento para a união de nosso Partido, conchamarei a todos que façam esta união.

É um alerta, não é um acovardamento, nem debandada. É um alerta aos Senhores Deputados, sem imiscuir a Presidência da ARENA e o Governo do Estado. É um alerta para a nossa Bancada com assento nesta Casa.

Unam-se, ou estarão fadados à derrota. Unam-se ou o MDB estará fadado a crescer.

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, terceiro orador inscrito.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem qualquer alusão aos oradores que me antecederam e ao assunto em debate na Casa, quero dizer algumas palavras acerca da aposentadoria dos Deputados.

Ocorre que tinha em meu poder um projeto criando o Instituto dos Deputados Estaduais do Paraná, projeto que eu já devia ter relatado. Não o fiz porque na oportunidade em que me propunha a fazê-lo, recebi do Deputado Federal Emílio Gomes pedido para que retardasse o relatório da matéria porque estava em estudo na Câmara Federal a extensão do Instituto de Previdência dos Congressistas aos Deputados Estaduais.

E quero aqui dizer à Casa que de fato aquilo que o Deputado Federal Emílio Gomes havia comunicado a nós ocorreu e que a Câmara Federal aprovou em sua Comissão de Constituição, a extensão dos benefícios do Instituto dos Congressistas aos Deputados Estaduais.

Diz o "Estado de São Paulo" de sexta-feira: (lendo): "O Senador Catete Pinheiro, Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, apresentou ante-ontem, um projeto permitindo que os Deputados Estaduais e Vereadores de todo o País sejam aceitos como filiados à instituição, mediante o pagamento de uma taxa de contribuição igual a que vem sendo paga pelos Senadores e Deputados Federais, ou seja, dez por cento dos subsídios fixos. Ontem, menos de 24 horas após sua apresentação, o projeto foi aprovado pela Comissão de Legislação Social do Senado e deverá ser votado, hoje, em Plenário e imediatamente encaminhado à apreciação da Câmara".

Desta forma presto um esclarecimento a esta Casa, dos motivos pelos quais até o presente não procedi ao relatório do projeto que cria o Instituto de Aposentadoria dos Deputados Estaduais do Paraná. É que este ficara criado na esfera federal, com poderes mais amplos, englobando, além dos congressistas federais, os Deputados Estaduais e os Vereadores.

Em breves dias deverei receber na íntegra o projeto aprovado e já se encontram em meu poder as fichas de inscrição para os Deputados Estaduais que desejarem fazê-la.

Era o esclarecimento que queria prestar à Casa, nesta tarde. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei n.º 145/72, de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiada. Será anexada ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150.00 (cento e cinquenta cruzeiros) à viúva Maria Coeli Pernechele. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.F. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/71, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal, na sede do Município de Mamboré. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 209/71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, transfere à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga os Municípios de Santa Izabel do Oeste, Salto do Lontra e Dois Vizinhos, passando por Pinhal da Vargem e Alto Bela Vista. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/72, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, institui o símbolo Paranaense de qualidade Turística e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/72, de autoria do Dep. Paulo Camargo, dispõe sobre os proventos de aposentadoria do Funcionário Civil ou Militar do Estado, abrangido pelo artigo 148 da Constituição Estadual, quando submetido ao regime de trabalho de tempo integral pelo período de um ano e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **COM SUBSTITUTIVO GERAL — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, o Substitutivo artigo por artigo e a Emenda.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199/72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, denomina "Ernesto Milarz" a Unidade Escolar do Distrito de Borda do Campo, Município de Quatro Barras. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/70, de autoria do Dep. Fuad Nacli, fica criado um Ginásio Estadual no Município de Paranapoema, para funcionar a partir do ano letivo de 1971. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e Pareceres favoráveis da C.F. e C.I.P. **COM EMENDAS. — Rejeitado.**

PROJETO DE LEI N.º 78/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual no Município de Paranapoema, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1970

a) — Deputado Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

Ao justificarmos as medidas propostas neste Plano de Lei, o fazemos no sentido de darmos nossa cooperação à política educacional do Governo. Esta, acreditamos, é a melhor forma de nos expressarmos perante uma realidade que conhecemos de perto.

Paranapoema, um Município que mantém um dos mais elevados índices dentro da pecuária paranaense, está credenciado a ter um Ginásio Estadual.

Estas são as razões que nos levaram a apresentação deste Plano de Lei, para o qual contamos com o apoio e aprovação dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 78/70

AUTOR: Deputado Fuad Nacli

SÚMULA: Cria, na sede do Município de Paranapoema, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

PARECER

O Projeto, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, objetiva criar um Ginásio Estadual, no Município de Paranapoema, para funcionar no ano letivo de 1971.

As razões invocadas pelo nobre autor, constantes da justificativa que acompanha o Projeto, nos convencem plenamente, daí porque nos manifestamos favoráveis à sua aprovação, porém na forma do substitutivo anexo, que, além de dar-lhe adequada forma técnica, enquadra-o nas disposições legais e constitucionais vigentes.

Sala das Comissões, em 1.º de junho de 1970

aa) — Emílio Carazzai — Presidente
Luiz Renato Malucelli — Relator
Luiz Cruz
Paulo Poli
Armando Queiroz
Ivo Thomazoni
Fabiano Braga Côrtes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 78/70

AUTOR: Deputado Fuad Nacli

SÚMULA: Cria no Município de Paranapoema, um Ginásio Estadual, para funcionar no ano letivo de 1971.

SUBSTITUTIVO

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual, na sede do Município de Paranapoema, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de junho de 1970

aa) — Emílio Carazzai — Presidente
Luiz Renato Malucelli — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

1.) Objetiva o presente Projeto de Lei, de iniciativa do Nobre Deputado Fuad Nacli, autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Município de Paranapoema, para funcionar no próximo ano letivo.

2.) A utilidade do que se propõe é indiscutível, além de não gerar qualquer conflito de natureza constitucional ou legal.

3.) O nosso parecer é pela aprovação, salvo melhor Juízo dos Membros desta Douta Comissão.

Sala das Comissões, em 11-8-70

aa) — Olavo Ferreira — Presidente
Alencar Furtado — Relator
Fabiano Braga Côrtes

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 78/70 AUTOR: Deputado Fuad Nacli

PARECER

Visa o nobre Deputado autor do presente plano de lei, criar um Ginásio Estadual no Município de Paranapoema.

A bem fundamentada justificativa que acompanha o projeto, foi de molde a nos convencer da oportunidade da matéria.

Nosso parecer portanto é pela sua aprovação, de acordo com a Emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 25-8-70

aa) — Roberto Galvani — Presidente
Wilson Fortes — Relator
Paulo Poli
Roberto Wypych
João Mansur
Ivo Thomazoni

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 78/70 E M E N D A

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Barboza Ferraz, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar no ano letivo de 1971.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25-8-70

aa) — Roberto Galvani — Presidente
Wilson Fortes — Relator
Paulo Poli
Roberto Wypych
João Mansur
Ivo Thomazoni
Sílvio Barros

E M E N D A

AO PROJETO DE LEI N.º 78/70

ACRESCENTE-SE, ONDE COUBER:

Fica o Poder Executivo autorizado a criar, para funcionar no ano de 1970, com sanção ou promulgação do presente Projeto, ou no subsequente, um Ginásio Estadual em Jacutinga, distrito de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1970

a) — Deputado Olívio Belich

JUSTIFICATIVA:

Emendas aditivas a Projetos de Lei, desde que versem sobre assuntos correlatos, têm amplo cabimento e merecem acolhida, principalmente quando seu próprio texto demonstra a preocupação do legislador em dotar o Estado com Estabelecimentos de Ensino necessários ao atendimento de crianças em idade de frequência a Ginásios, mas que, por dificuldades de locomoção, impossibilidade financeira e outras razões relevantes, são privadas de assimilação de ensinamentos didáticos e culturais, pela falta de um educandário na localidade onde residem.

O intento revelado pela Emenda é o de oferecer condições para inúmeras crianças estudarem, complementando o curso de ciências e letras, e as colocando nos umbrais de cursos superiores, a fim de que o Paraná e o Brasil possam contar com técnicos, com elementos altamente capacitados, gabaritados para o exercício de missão patriótica. O Paraná já se destaca no setor educacional e o seu Governo se empenha em não deixar nenhuma criança sem escola. O Plano de Lei constitui subsídio à concretização de tal empenho.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 78/70

AUTOR: Deputado Fuad Nacli

SÚMULA: Cria um Ginásio Estadual no Município de Paranapoema.

PARECER

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta posição não apenas em relação a este, mais igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do artigo 30, da Lei n.º 4.178, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino tanto do nível primário, quanto do nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu aquele Poder tal prerrogativa, o fez evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio deve respeitar um planejamento global emanada do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem financeira, mas também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente, é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos, apenas, que o projeto de lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um município ou de uma região e, ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente projeto de lei, assim como os que tratarem do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam

transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30-4-71

aa) — Wilson Brandão — Presidente
Cândido M. de Oliveira — Relator — vencido
Arthur de Souza
Igo Losso
Emílio Carazzai
Muggiati Filho — vencido
Gilberto Carvalho
Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 78/70

AUTOR: Deputado Fuad Nacli

SÚMULA: Cria um Ginásio Estadual no Município de Paranapoema, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola indo ela até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "inc loco" os problemas e no caso o educacional sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembleia Legislativa em tratar do assunto em análise sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumente os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento, com despesas normais de professores, funcionários, etc....

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

" — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de Dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data venia aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide, de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembleia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, conforme emenda substitutiva anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator
Arthur de Souza
Acyr José
Cândido M. de Oliveira — vencido
Gilberto Carvalho
Muggiati Filho
Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA

ONDE SE LÊ:

"a partir de 1971,

LEIA-SE:

"A PARTIR DO PRÓXIMO ANO LETIVO"

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1971.

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 78-70

AUTOR: — Dep. Fuad Nacli

SÚMULA: — Cria Ginásio em Paranapoema.

PARECER

De trâmite marcado por impasse procedimental, este projeto de lei com objetivo dos mais simples e rotineiros retorna à Comissão de Constituição e Justiça, por deliberação do plenário da Casa, para reexame.

Efetivamente, próspera nesta Comissão uma controvérsia que se aprofunda a cada sessão, sem que sobre a matéria haja uma decisão definitiva, capaz de fixar a jurisprudência no âmbito do Poder.

Trata-se da iniciativa que diz respeito ao sistema de ensino. De um lado, o entendimento de que não é necessária a lei, determinativa ou autorizatória para se criar curso ou escola de qualquer nível ou grau, fundamentado mais ou menos nos seguintes argumentos:

1.º — O Poder Executivo tem o dever (não apenas a faculdade) de cuidar da educação do povo, por imperativo institucional, ou seja, pelo simples fato de ser o Poder do Estado ao qual se atribui a tarefa administrativa em sentido próprio;

2.º — Mesmo que assim não fosse, restaria a determinação contida no art. 30, da Lei n.º 4.178, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), segundo o qual:

"os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria da Educação e Cultura".

Este Poder Legislativo foi quem elaborou a citada norma, reconhecendo uma evidência e consagrando o óbvio, no que tange ao método do Executivo operar.

3.º — Não bastassem esses aspectos, permanece o obstáculo constitucional cristalizado no art. 35, da Carta Estadual que confere, com exclusividade inatacável e de meridiana clareza ao Poder Executivo a iniciativa das leis que de qualquer modo autorizem a despesa pública.

De outro lado, o entendimento não muito claro de que a autorização não cria imediatamente a despesa. Tal interpretação, de sentido marcadamente privatista, em especial civilista, não é hábil para situar a exegese nos seus devidos termos, por ser estranha aos cânones interpretativos próprios do direito público, especialmente do direito constitucional. Neste, como se sabe, predomina o sentido executivista da organização institucional do Estado Brasileiro atual, que timbra por reforçar o elenco de competências privativas do Poder Executivo em detrimento das antigas e nostálgicas prerrogativas do Poder Legislativo.

E o reforço de poderes do Executivo, que caracteriza a distribuição das competências entre os três Poderes do Estado, a que obrigada toda unidade federada, se explicita com maior ênfase no setor das finanças públicas.

Por tais motivos, o constituinte foi ao extremo de tornar privativa do Executivo a providência que de qualquer modo afete o crário.

Ora, a criação de escolas ou cursos, de qualquer modo, na primeira ou na última fase profunda indiscutivelmente em gastos ou despesas, seja de equipamento, de pessoal, de construção ou locação, ou de que natureza for.

Além disso, razões de caráter técnico-administrativas desaconselhariam, mesmo que não houvesse tantos impedimentos, a criação — por ato legislativo — de escolas e cursos ao arripio de planejamento existente, concebido dentro de uma política educacional formulada pelo Executivo, em plena execução pelo setor habilitado e funcionalmente competente para tanto.

Ao representante da região caberia o remédio regimental, operacionalmente eficaz e politicamente gratificante, da indicação — por intermédio do qual os planejadores e executores da obra educacional do Estado pudessem receber contribuições e reparos de observadores atentos e bem informados, dos autênticos porta-vozes dos anseios populares.

Para colocar um ponto final à controvérsia, sugiro que a Comissão adote este parecer contrário a iniciativas semelhantes a esta, como norma a ser obedecida na deliberação de tais matérias.

Como prova do que se afirmou antes, é suficiente declarar que o Município de Paranapoema possui o seu Ginásio Estadual desde o dia 31 de dezembro de 1970, data do Decreto Estadual n.º 22.115; que o Município de Barbosa Ferraz, objeto de emenda ao presente projeto, por força da Portaria n.º 667, de 10 de fevereiro de 1971, conta com Escola Técnica de Comércio, por extensão da de Peabiru.

Faço a quanto se aduziu até aqui, o meu parecer é pela rejeição do Projeto e de todas as emendas a ele oferecidas, por incompatibilidade com a Constituição do Estado.

Sala das Comissões, em 7-6-72.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator
Paulo Camargo
Emílio Carazzai
Cândido M. de Oliveira
Santos Lima
Luiz R. Soares

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 4-72, de autoria do Dep. Paulo Poli, fica criado no Município de Marechal Cândido Rondon, o Distrito Judiciário de Entre Rios, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 4-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criado no Município de Marechal Cândido Rondon, o Distrito Judiciário de Entre Rios, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: — Partindo do Rio Paraná, sentido Norte-Sul, pelo arroio Felicidade até encontrar a linha divisória da Fazenda Britânia, seguindo pela mesma, sentido Oeste-Leste, até encontrar o Rio São Francisco, descendo pelo mesmo sentido Leste-Oeste, até encontrar o Rio Paraná, descendo pelo mesmo em sentido Nordeste-Sudoeste, até a barra do Arroio Felicidade.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, ...

(a.) Deputado Paulo Poli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 4-72

AUTOR: — Dep. Paulo Poli

SÚMULA: — Cria o Distrito Judiciário de Entre Rios, no Município de Cândido Rondon.

PARECER

1.) Com o presente plano de lei, pretende o nobre Deputado Paulo Poli criar o Distrito Judiciário de Entre Rios, no Município de Marechal Cândido Rondon.

2.) Em que pese a oportunidade da medida proposta, a mesma não poderá prosperar em virtude do que dispõe a Lei Federal n.º 5.621, de 4 de novembro de 1970, que estabelece, em seu artigo 1.º, a competência dos Tribunais de Justiça dos Estados para dispor, em resolução, sobre a divisão e organização judiciárias.

3.) O Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, aprovado pela Resolução Normativa n.º 1, de 26 de junho de 1970, em seu artigo 3.º, parágrafo único, estatui que os distritos de cada município pertencerão à mesma comarca e serão criados ou suprimidos mediante resolução do Tribunal Pleno.

4.) Nestas condições, opinamos pela rejeição do projeto.

É o que nos parece, s.m.j..

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Luiz R. Soares

Emílio Carazzai

Santos Lima

Cândido M. Oliveira

Maurício Fruct

Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

AO PROJETO DE LEI N.º 4-72

PARECER

1.) — Com o presente projeto de lei, pretende o nobre Deputado Paulo Poli criar o Distrito Judiciário de Entre Rios, no Município de Marechal Cândido Rondon.

2.) — No que se refere ao aspecto financeiro da proposição nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Odilon Reinhardt

João Fadel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31-72, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo firmar convênio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para construção de uma ponte em alvenaria sobre o rio Iraí, naquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 31-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para a construção de uma ponte de alvenaria, na extensão de 25 metros, sobre o rio Iraí, naquela Comuna.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de abril de 1972.

(a) Deputado Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

É de imperiosa necessidade para o Município de Piraquara a construção da ponte sobre o rio Iraí, na estrada que liga o distrito de Pinhaís com a chamada Bacia Leiteira, Colônia Guarituba, cuja região exporta cerca de vinte e oito mil (28.000) litros de leite diariamente, com o que abastece a Capital.

Esperamos pois, a acolhida de meus nobres pares, para que se torne realidade a sentida aspiração daqueles Municípios, que se utiliza diariamente daquela via de comunicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 31-72

AUTOR: — Dep. Leopoldo Jacomel.

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara,

para a construção de uma ponte em alvenaria sobre o rio Iraí, naquela Comuna.

PARECER

O presente Projeto de Lei foi elaborado atendendo ao que dispõe o art. 123, e seus parágrafos, do Regimento Interno da Casa.

Pela justificativa do autor da proposição, nobre Dep. Leopoldo Jacomel é de grande importância para o Município de Piraquara a construção da ponte sobre o rio Iraí, na estrada que liga o Distrito de Pinhaís com a chamada Bacia Leiteira, Colônia Guarituba, em cuja região distribue cerca de vinte e oito (28) mil litros de leite diariamente, com o que abastece a Capital do Estado.

Dita proposição não se insurge contra qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10-5-72.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Santos Lima

Emílio Carazzai

Luiz R. Soares

Ovídio Franzoni

Cândido M. de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 31-72

PARECER

1.) Com o presente projeto de lei, pretende o nobre Deputado Leopoldo Jacomel autorizar o Poder Executivo a firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para a construção de uma ponte sobre o rio Iraí.

2.) Sobre a matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente.

3.) Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

João Fadel

Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 31-72

AUTOR: — Dep. Leopoldo Jacomel

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para construção de ponte de alvenaria sobre o rio Iraí, naquela Comuna.

PARECER

A justificativa com que o Sr. Deputado Leopoldo Jacomel ilustra sua proposição é convincente. A ponte a ser construída, mediante Convênio, sobre o rio Iraí, se é de grande importância para o Município de Piraquara, não é menos para a própria Capital do Estado, já que aquela obra de arte, servindo a uma bacia leiteira, contribuirá e facilitará grandemente o abastecimento de nossa cidade.

Assim sendo, não podemos negar ao Projeto de Lei em exame o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em ...

(aa.) Bersari Neto — Presidente

Xenofonte Villanueva — Relator

Lázaro Dumont

Hélio Manfrinato

Gabriel Manoel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente denominada Casa da Amizade das Senhoras de Rotaryanos de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 154-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Beneficente denominada — CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARYANOS DE ARAPONGAS, com sede e foro na cidade de Arapongas, neste Estado.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, porventura, existentes.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1972.

(a.) Deputado Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

Desde o ano de 1966, existe em Arapongas uma instituição de benemerência que se denomina — "CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARYANOS DE ARAPONGAS".

Sua sede, construída com a ajuda de muitos rotaryanos e da própria cidade, pode ser vista por todos os que demandarem a Arapongas ou dela saírem, ou, ainda, pela mesma passarem, margeando-a, pois se localiza há poucos metros da BR 369. A todos, como que simbolizando uma mensagem de sempre renovado amor ao próximo.

Por si só, a obra rotária é de alcance mundial, em matéria de beneficência. Todos os Clubes Rotarys são considerados, universalmente, de utilidade pública.

Neste caso, para o qual se legisla, o Rotary, através das senhoras de rotaryanos, mantem um órgão especializado na solução de problemas sociais.

Além de se conceituar como autora de inúmeras campanhas de real utilidade pública, abrangendo principalmente as classes menos favorecidas e desamparadas de melhor assistência, pretende a Associação em foco edificar e fazer funcionar uma cheche, que será a primeira a ter existência naquela cidade, uma das mais importantes comunas do Estado.

Visa, com isso, a instituição, propiciar o exercício do emprego pelas

mães que trabalham, ou necessitando trabalhar, não têm como exercer a guarda e vigilância de seus filhos de tenra idade.

Sem a declaração de utilidade pública, pretendida neste plano de lei, ficaria a Casa da Amizade das Senhoras de Rotaryanos de Arapongas, carecedor de apoio e subvenções oficiais, imprescindíveis à concretização da obra visada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 154-72

PARECER

1) Pretende o nobre Deputado, por intermédio do presente plano de lei, declarar de utilidade pública a sociedade beneficente denominada Casa da Amizade das Senhoras de Rotaryanos de Arapongas, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

2) Referida proposição, está de acordo com o que dispõe os dispositivos da legislação que regulamenta a matéria, donde se conclui que a mesma preenche os seguintes requisitos, contidos em seu Estatuto: a) — que adquiriram personalidade jurídica; b) — que estão funcionando e servem desinteressadamente à coletividade e; c) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3) Dadas as considerações expostas, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Luiz R. Soares — Relator

Cândido M. de Oliveira

Maurício Fruet

Santos Lima

Igo Losso

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 157-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, sociedade civil de caráter assistencial, com sede e foro na cidade de Arapongas, neste Estado.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1972.

a) Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

Visa esta proposição declarar de utilidade pública uma entidade que, conforme atesta o MM. Juiz Dr. José Wanderley Resende, da Comarca de Arapongas, vem mantendo já, em pleno funcionamento, uma escola de excepcionais — a Escola da Criança Excepcional Lions Clube de Arapongas. Estabelecimento modelar do gênero e um dos mais importantes em todo o Estado, é de fato, de real utilidade pública, há longa data.

Dai, “data venia”, nada mais justo que se transformar em lei esse fato em favor dessa instituição, a fim de que a mesma possa participar das subvenções que considera imprescindíveis ao pleno e cabal desenvolvimento de suas altruísticas atividades.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 157-72

P A R E C E R

1) O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Muggiati Filho, visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

2) Referida proposição preenche os seguintes requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a matéria:

a) — que adquiriram personalidade jurídica;

b) — que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade, e;

c) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3) Pela oportunidade e justiça de que se reveste o Projeto e não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima — Emílio Carazzai — Cândido M. de Oliveira — Luiz R. Soares

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Maringá, os bens que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 174-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade Estadual de Maringá, o imóvel constituído pelas datas de terras números 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 da Quadra n.º 6 da Zona 2, com a área de 8.280 metros quadrados, entre as ruas Martin Afonso, Vaz Caminha e Monte Pascoal, da planta do loteamento da cidade de Maringá, neste Estado, com todas as benfeitorias.

Art. 2.º — A doação estabelecida nesta lei se destina à formação do patrimônio básico da donatária, na forma do artigo 4.º da Lei n.º 6.034 de 6 de novembro de 1969, publicada no Diário Oficial de 10 do mesmo mês e ano e art. 4.º n.º I do Decreto n.º 18.109 de 28 de janeiro de 1970, publicado no Diário Oficial de 30 do mês e ano ficando isenta a donatária do imposto de transmissão inter vivos que incide sobre o imóvel da doação referida nesta lei.

Art. 3.º — Na escritura que for lavrada em decorrência desta lei, o Poder Executivo, se julgar conveniente, poderá estabelecer que a donatária se obriga a continuar admitindo o uso parcial dos prédios, por parte da administração pública, até que haja condições de localizar os órgãos ali instala-

dos, em outros imóveis pertencentes ao Estado, ou construídas por este, para tal fim.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

a) Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 6.034 de 6 de novembro de 1969, autorizou o Poder Executivo a criar, entre outras, a Fundação Universidade Estadual de Maringá, como resultante da incorporação dos estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos, direta ou indiretamente, pelo Estado do Paraná naquela cidade.

O artigo 4.º da referida lei, estabeleceu que:

“O Estado destinará bens livres e suficientes para a instituição do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado, aqueles para formação do patrimônio básico, estes para receita essencial de manutenção de cada entidade”.

Comprindo a determinação expressa no dispositivo legal citado, o Decreto n.º 18.108 de 28 de janeiro de 1970, em seu art. 4.º inciso I, ao criar a Fundação Universidade Estadual de Maringá, estabeleceu que:

Art. 4.º — O patrimônio da Fundação, além daqueles bens que o Estado entender destinar para instituição do respectivo fundo a personalizar, será composto:

I — pelo imóvel constituído pelas datas de ns. 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 da quadra n.º 6 da zona 2, com área de 8.280 m2, entre as ruas Martin Afonso, Vaz Caminha e Monte Pascoal, com todas as benfeitorias.

A obrigação contida na lei 6.034, isto é, a fixação de recursos no Orçamento Global do Estado, para a manutenção essencial na Fundação vem sendo cumprida pelo Estado, a partir do exercício de 1971.

Resta somente, para integral cumprimento da norma do art. 4.º da já citada Lei n.º 6.034 que o Estado do Paraná formalize a doação do patrimônio da entidade, o qual, por parte do Estado, consiste na doação do imóvel constituído pelas datas de terras citadas no artigo primeiro do anteprojeto de lei que ora apresentamos.

Este anteprojeto é necessário e justo porque propiciará à Fundação Universidade Estadual de Maringá, constituir o seu patrimônio básico, por imperativo legal, bem como visando atender à explosiva expansão educacional naquela importante cidade do nosso Estado.

Sala das Sessões, em

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N 174-72

AUTOR: Dep. Jorge Sato

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Maringá, os bens que especifica.

P A R E C E R

O Projeto de Lei em referência não conflita com dispositivos legais ou constitucionais.

Somos pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Maurício Fruet — Igo Losso — Luiz Roberto Soares — Santos Lima

— Cândido M. de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 174-72

1) — O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

2) — Tratando-se, tão somente, de medida autorizativa, está implícito que depende da anuência do Poder Executivo.

3) — Na forma exposta, nada há que se lhe possa antepor.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1972.

a) Antônio Belinati — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

João Fadel — Antônio L. Júnior — Jorge Sato

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, acresce de mais quatro (4), passando de dezessete (17) para vinte e um (21), o número de Vereadores junto à Câmara Municipal de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 203-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Maringá fica acrescida de quatro (4) Vereadores, passando de dezessete (17) para vinte e um (21) a composição numérica da referida apresentação.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1972

a) Jorge Sato

JUSTIFICAÇÃO:

O Município de Maringá conta atualmente com 63.700 eleitores e o número de Vereadores à sua Câmara Municipal está fixado em 17, o que não mais se justifica. Dai pretendemos elevar a composição numérica da referida Câmara para 21 vereadores, com base no art. 107, da Constituição Estadual, que estabelece a proporção de um (1) vereador para cada três mil (3.000) eleitores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 203-72

PARECER

O ilustre Deputado Jorge Sato propõe a elevação do número de vereadores à Câmara Municipal do Município de Maringá, de 17 para 21, em função do total de eleitores alcançado pelo respectivo município.

Estabelece o art. 107, da Constituição do Estado a proporção de 1 vereador para cada três mil eleitores, proporção essa que autoriza perfeitamente o acréscimo de mais quatro representantes do povo aos dezessete hoje existentes, na Câmara de Maringá.

De sorte que o projeto nada mais faz do que dar cumprimento a um dispositivo expresso de nossa Carta Constitucional.

Por essa razão, o parecer é pela aprovação.
Sala das Comissões, 22 de novembro de 1972

aa) **Armando Queiroz** — Presidente
Santos Lima — Relator
Emílio Carazzai — Muggiati Filho — Erondy Silvério — Jorge Sato — Santos Lima

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 34-72, de autoria da Comissão Executiva, eleva para dois salários mínimos regionais da Capital, a gratificação a que se refere o artigo 13.o da Resolução n. 2-64 de 20-2-64. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 34-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.o — Fica elevado para o valor de dois (2) salários mínimos regionais da Capital, a gratificação a que se refere o artigo 13, da Resolução n. 2-64, de 20 de fevereiro de 1964.

Art. 2.o — As despesas com a execução da presente Resolução, correrão à verba própria do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3.o — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

aa) **Wilson Fortes** — Presidente
Ivo Thomazoni — 1.o Secretário
Quiélse Crisóstomo da Silva — 2.o Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 34-72

O Projeto de Resolução submetido à consideração da Casa pela Comissão Executiva propõe a elevação, para dois salários mínimos regionais, do valor da gratificação instituída em 1964 para favorecer todos os servidores do Poder Legislativo do Estado no mês de encerramento de exercício.

Infelizmente, o plano de Resolução não se faz acompanhar de justificativa que possa informar aos Senhores Deputados e a esta Comissão Técnica quais os recursos disponíveis à conta da despesa de pessoal, ou tampouco qual o critério de proporcionalidade adotado para fixação em dois salários mínimos da gratificação tradicionalmente distribuída por este Poder ao seu funcionalismo no final do ano.

No aspecto legal, que cabe a esta Comissão apreciar, nada há a opor, desde que, evidentemente, haja disponibilidade de recursos na rubrica orçamentária. O Projeto de Resolução está formulado pela Comissão Executiva, a quem compete, privativamente, dispor das verbas destinadas ao Poder, e não inova matéria administrativa, limitando-se a alterar valores de um benefício pré existente.

A ausência de justificativa autoriza presumir que a Douta Comissão Executiva preocupou-se em atualizar a gratificação, tomando o cuidado de ajustá-la aos valores de momentos futuros, através de vinculação expressa aos mínimos salariais fixados pela União.

No mérito, cabe ao relator aplaudir a providência da Mesa, visto que o benefício é de equidade, abrangendo o funcionalismo genericamente, sem distinções de cargos, funções ou regime de trabalho. O mesmo não aconteceu, infelizmente, em Projetos nos quais o relator foi forçado a se opor, como o que institui gratificações para prestação de serviços em regime de dedicação exclusiva e tempo integral, onde transparecia discriminação de valores em favor de ocupantes de cargos determinados, dando percentuais maiores exatamente a quem já percebia mais e menores aos pior remunerados.

Lamenta-se, apenas, que idêntico benefício ao instituído desde 1964 nesta Casa não prevaleça para todo o funcionalismo público do País. Adotou a União, para os cidadãos do regime pela Consolidação das Leis do Trabalho, o instituto do 13.o Salário, providência de alto sentido social cuja única deficiência é não favorecer também civis e militares que prestam serviços ao Poder Público. Por este ângulo, lamentável até se torna que a gratificação tradicionalizada pelo legislativo do Paraná não imite o espírito da legislação trabalhista, dando a cada servidor importância idêntica à de seu provento mensal, e que não se estenda à universalidade, isto é, a todos os servidores civis e militares do Estado, como não poderia se estender também, obviamente, aos da União.

Pressupondo, portanto, face à ausência de justificativa, que a Comissão Executiva está apenas atualizando um valor e que para tanto dispõe de verbas específicas, somos favoráveis à iniciativa, tanto no aspecto legal quanto ao mérito.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

aa) **Armando Queiroz** — Presidente
Erondy Silvério — Relator
Muggiati Filho — **Emílio Carazzai** — **Santos Lima** — **Jorge Sato**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 34-72

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER

Dispõe o Projeto de Resolução n. 34-72, de autoria da Douta Comissão Executiva, sobre a elevação da gratificação a que se refere o artigo 13, da Resolução n. 2-64, de 20 de fevereiro de 1964.

Os recursos financeiros necessários à execução da medida proposta, estão indicados no art. 2.o do Projeto, daí opinarmos, sob o aspecto financeiro, favoravelmente.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1972.

aa) **Antônio Belinati** — Presidente
Odilon Reinhardt — Relator
João Fadel — **Antônio Lopes Júnior** — **Jorge Sato**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quiélse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final a vários Projetos de Lei e de Resolução. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Daícanalle. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução ns. 35-72 e 36-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja reverenciada a memória dos soldados que perderam a vida em 1.935. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffarã, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado requerimento ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando reparos urgentes na estrada que liga Cambará-Matinhos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, para que seja concedida dispensa sem prejuízo das vantagens a todo o funcionalismo público Estadual ou de Autarquias, que queiram participar da 56a. Convenção de Liores Internacional. — **Aprovado.**

Ofício de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai e mais cinco assinaturas de Srs. Deputados, constante do Expediente, solicitando sejam retiradas suas assinaturas apostas ao documento lido na Sessão plenária desta Casa, do dia 21 de novembro próximo passado. — **Será anexado ao ofício aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 164-71, 209-71, 101-72, 145-72, 192-72 e 199-72.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 4-72, 31-72, 154-72, 157-72, 174-72 e 203-72, e do Projeto de Resolução n. 34-72.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 276-71, 277-71, 53-72, 77-72, 201-72, 202-72 e dos Projetos de Resolução ns. 36-72 e 35-72.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 303-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 6.957, de 05 de setembro de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

Lotar ANTONIO CARLOS NASSAR, ora à disposição deste Poder, no Departamento Administrativo, a partir de 08 de novembro de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de novembro de 1972.

a) **FAUSTO LUIZ ABRY**
Diretor Geral

PORTARIA N. 304-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 8.940-72, de 13 de novembro de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

tornar sem efeitos a Portaria n. 294-72, de 31 de outubro de 1972, que concedeu férias a WILMA WAMBIER GUSSO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tendo em vista estar prestando serviços desde o dia 1.o de novembro, ao Congresso Nacional, ficando assegurado o direito de gozar as referidas férias em época oportuna.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de novembro de 1972.

a) **FAUSTO LUIZ ABRY**
Diretor Geral

PORTARIA N. 305-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 8.942 de 13 de novembro de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n. 272-72, de 29 de setembro de 1972, que designou WILMA WAMBIER GUSSO para prestar Serviços no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do Deputado SANTOS LIMA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de novembro de 1972

a) **FAUSTO LUIZ ABRY**
Diretor Geral

PORTARIA N. 306-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 8.777, de 07 de novembro de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços de natureza Técnico Científico, na Comissão de Terras, Imigração e Colonização, os funcionários OPHIR FABELINO DE SOUZA, ANTONIO CARLOS DANTAS e LUIZ FRANCISCO FONTOURA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de novembro de 1972

a) **FAUSTO LUIZ ABRY**
Diretor Geral

PORTARIA N. 307-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 9.034, de 17 de novembro de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a ALCEU IVO COSTACURTA funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 20 de novembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de novembro de 1972.

a) **FAUSTO LUIZ ABRY**
Diretor Geral

PORTARIA N. 308-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 9.191 de 22 de novembro de 1972, deste Poder,

conceder a JULIETA ROSA SAMPAIO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 20 de novembro de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de novembro de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY
Diretor Geral

PORTARIA N. 309-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 9.176, de 21 de novembro de 1972, dêste Poder,

RESOLVE:

conceder a PAULO DE SOUZA FILHO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 04 de dezembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de novembro de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY
Diretor Geral

Comissão de Instrução Pública

Ata da 3.a Reunião Ordinária

2.a Sessão Legislativa da 7.a Legislatura

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antonio Lopes Júnior, Gabriel Manoel e Cândido M. Oliveira. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N. 128-71 — De autoria do senhor deputado Xenofonté Villanueva, que cria um Ginásio Estadual em Vila, Oliveira, cidade de Rolândia para funcionar no ano letivo de 1.972. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 283-71 — De autoria do senhor Deputado Arizone M. Araújo, que autoriza o Poder Executivo, estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata, município de Salto do Lontra. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Deputado Antonio Lopes Junior — Presidente
a) Maria Aparecida Amaral — Secretária.

Comissão de Saúde Pública

Ata da 2.a Reunião Ordinária

2.a Sessão Legislativa da 7.a Legislatura

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Arizone Araújo, João Fadel, Mauricio Fruet e Jorge Sato, ausente o senhor deputado David Federmann, presidente em exercício desta Comissão. Havendo número legal, o senhor Vice-Presidente deputado Arizone Araújo, assumiu a Presidência e declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI N. 202-72 — Mensagem governamental n. 59-72, que objetiva criar o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN — e altera a tabela integrante da Lei n. 5.511 de 10.2.67, que dispõe sobre a Taxa de Saúde. Relator: Deputado Mauricio Fruet. — Parecer: Favorável. — Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrado os Trabalhos da presente reunião da qual para constar, eu secretária Elza Carneiro Camargo, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

a) Arizone Araújo — Presidente
a) Elza Carneiro Camargo — Secretária

Comissão de Redação

7.a Legislatura — 2.a Sessão Legislativa

Ata da 31.a Reunião Ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Alvaro Dias apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 74-71 — de autoria do deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a pensão mensal concedida à Vicentina de Moraes Gomes. PROJETO DE LEI N. 106-71 — de autoria do deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Dist. de Riozinho, na forma que especifica. PROJETO DE LEI N. 142-71 — de autoria do deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra. PROJETO DE LEI N. 150-71 — de autoria dos deputados Basílio Zanusso e Quiesle C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convenio através do D.E.R. com os Municípios de Atalaia e Flórida para construção de uma ponte sobre o rio Pirapó, divisa entre os referidos Municípios. PROJETO DE LEI N. 163-71 — de autoria do deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo a construir um Ginásio Estadual em Santa Maria, Município de Pitanga, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 178-71 — de autoria do deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R. para efeitos de conservação e melhoria o trecho de estrada com 26 Km que liga a cidade de Dois Vizinhos à Usina Foz do Chopim. PROJETO DE LEI N. 205-71 — de autoria dos deputados Lázaro Dumont e Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a firmar convenio através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura de

Capitão Leônidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o rio Andradá. PROJETO DE LEI N. 260-71 — de autoria do deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga São Mateus a Rio Azul, passando por Porto Soares, no rio Potinga. PROJETO DE LEI N. 279-71 — de autoria do deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Palmeirinha no Município de Guarapuava, ao Município de Palmital, passando pelos Dist. de Serro Verde, Campina do Simão Piquiri e Santa Maria. PROJETO DE LEI N. 81-72 — de autoria do deputado Antonio Belinatti, que declara de utilidade pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária (JUBIM), com sede em Londrina. PROJETO DE LEI N. 94-72 — de autoria do deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Tenda Espirita Yoriel, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N. 97-72 — de autoria do deputado Mauricio Fruet, que declara de utilidade pública a Escola de Pais de Curitiba, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N. 109-72 — de autoria do deputado Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a transferir de Godolina Dodolfin Schultz, para sua filha Carolina Schultz, a pensão mensal concedida pela lei n. 2.334, de 03-52, alterada pelas Leis n.s 2.290 e 1.912, de 18.5.54. PROJETO DE LEI N. 113-72 — de autoria do deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a Guarda Mirim da Cidade de Bela Vista do Paraíso. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 28-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — PROPOSIÇÃO N. 189-72, que aprova em todos os seus termos o contrato n. 1-72 firmado entre o Estado do Paraná, a Superintendencia do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Serviço Federal de Habilitação e Urbanismo — SERFHAU e a Universidade Federal do Paraná, com as finalidades que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 29-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — EX-PROPOSIÇÃO N. 190-72, que aprova convenio celebrado entre o Ministério da Justiça Departamento de Policia Federal e o Governo do Estado — Secretaria de Segurança, (objetivando delegar ao Estado a execução parcial dos serviços de policia marítima, aérea e de fronteira, conforme a Lei Federal n. 4.483, de 16.11.64. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por Mim, para que produza os efeitos legais.

a) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
a) Lélio Guimarães Sotomaior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 74-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a pensão mensal concedida a Vicentina de Moraes Gomes, através da Lei n.º 60-48, publicada no Diário Oficial n.º 298 de 25 de fevereiro de 1948.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.
Alvaro Dias
Gabriel Manoel
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 106-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, passando por Estiva, indo até a estrada geral de União da Vitória a Irati, para fins de melhoria e conservação.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.
Alvaro Dias
Gabriel Manoel
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 142-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir através do Departamento de Estradas de Rodagem, uma ponte sobre o rio Tibagi ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra, respectivamente.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 150-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar através do Departamento de Estradas de Rodagem, convenio com os Municípios de Atalaia e Flórida, destinado à construção de uma ponte, em concreto, sobre o rio Pirapó, na divisa entre os referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 163-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Pitanga.

Art. 2.º — O Governo do Estado consignará na Lei de Meios, dotação destinada ao cumprimento do artigo anterior.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72
aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 178-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem para efeito de conservação e melhoria, o trecho de 26 quilômetros da rodovia que liga a cidade de Dois Vizinhos à Usina Foz do Chopim.

Art. 2.º — O Poder Executivo fica autorizado a consignar na Lei de Meios para o próximo exercício, verba destinada a este fim.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72
aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 205-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convenio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o rio Andradá, na estrada que liga a sede do referido Município ao Distrito de Boa Vista da Aparecida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72
aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 260-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul, passando por Porto Soares no Rio Pottinga.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72
aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 279-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeitos de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a localidade de Palmeirinha, em Guaraçuva ao Município de Palmital, passando pelos Distritos de Serro Verde, Campina do Simão, Piquiri e Santa Maria.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72
aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 81-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária — JUBIM, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72
aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 94-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Tenda Espirita Yoriel, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-72
aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 97-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade Pública a Escola de Pais de Curitiba, com sede na Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 22-11-72
aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 109-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a pensão mensal concedida à viúva Godolina Godolfim Schultz, pela Lei n. 2.334, de 3 de março de 1.952, alterada pelas Leis n.s 2.290, de abril de 1.952 e 1.912, de 18 de maio de 1.954 em favor de sua filha Carolina Schultz, em virtude de seu falecimento.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 22-11-72
aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 113-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Guarda Mirim de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 22-11-72
aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 28-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos, o Contrato n. 1.72, firmado em 31 de maio de 1972 entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, a Universidade Federal do Paraná, objetivando a execução de levantamentos, análises e estudos básicos, com vistas à formulação de alternativas para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 22-11-72
aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 29-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 7 de agosto de 1.972 entre o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado do Paraná, a execução parcial dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira na forma da Lei Federal n. 4.483, de 16 de novembro de 1.964.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em 22-11-72
aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores